

## MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção-Geral dos Negócios Político-Económicos

### Aviso n.º 64/94

Por ordem superior se faz público que, segundo comunicação da Embaixada da Bélgica em Lisboa, o Governo da Geórgia depositou, em 26 de Outubro de 1993, o instrumento de adesão à Convenção Relativa à Criação de Um Conselho de Cooperação Aduaneira e anexo, concluídos em Bruxelas em 15 de Dezembro de 1950.

De harmonia com o artigo 18(c) da Convenção, aquele acto produziu efeito para a Geórgia a partir de 26 de Outubro de 1993, data do depósito do instrumento de adesão.

Direcção-Geral dos Negócios Político-Económicos, 27 de Janeiro de 1994. — O Director de Serviços dos Assuntos Multilaterais, *António Raul Freitas Monteiro Portugal*.

## MINISTÉRIO DA SAÚDE

### Decreto-Lei n.º 43/94

de 17 de Fevereiro

A crescente e preocupante expansão do abuso de consumo de produtos psicotrópicos e substâncias estupefacientes por todo o mundo tem motivado o Governo para a tomada de medidas que, de uma forma eficaz e coerente, procurem contrariar este fenómeno e contribuir para que todos os cidadãos, e, em especial, os mais jovens, possam ter acesso a uma vida saudável e livre.

Assim, o Governo criou, pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 23/87, de 21 de Abril, o Projecto VIDA e, atento à necessidade de constantemente adequar respostas a uma realidade móvel e de múltiplas implicações, criou, pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 17/90, de 21 de Abril, uma comissão interministerial destinada a reforçar o empenho político do Governo no combate à droga e um conselho nacional do Projecto VIDA com o objectivo de auscultar e mobilizar a sociedade civil e as suas instituições para o mesmo combate. Recentemente, ainda o Governo criou, pelo Decreto-Lei n.º 248/92, de 9 de Novembro, o alto-comissário do Projecto VIDA e reforçou a necessidade de ligação intersectorial através do reforço da comissão interministerial nas suas componentes política e técnica.

Foi no âmbito do mesmo projecto que, em 1987, foi criado o Centro das Taipas e, com base na sua experiência, pela Portaria n.º 74/89, de 2 de Fevereiro, foram criados os CAT (Centros de Apoio a Toxicodependentes) da Cedofeita, no Porto, e do Algarve, como centros especializados na prevenção, tratamento, recuperação e reinserção social dos toxicodependentes.

A necessidade de reorganizar, coordenar, desenvolver e estender a outras regiões os diversos centros de prevenção e tratamento da toxicodependência levou à criação, no Ministério da Saúde, pelo Decreto-Lei n.º 83/90, de 14 de Março, do SPTT (Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicodependência), no qual foram integrados os diversos serviços já referidos, exis-

tentes no Ministério da Saúde, e os Centros Regionais do Norte, do Centro e do Sul do CEPD (Centro de Estudos e Profilaxia da Droga).

O trabalho desenvolvido pelo SPTT, desde então, proporcionou o desenvolvimento deste serviço e, em colaboração com as ARS (administrações regionais de saúde), a criação de unidades de prevenção e tratamento da toxicodependência em Leiria, Santarém, Setúbal e Braga, estando lançadas as bases de um programa de cobertura de todos os distritos por unidades de prevenção e tratamento de toxicodependentes, integrados no SPTT.

A rede de unidades prestadoras de cuidados de saúde tem-se alargado, também, através da iniciativa privada, nuns casos com fins lucrativos e noutros através das IPSS (instituições particulares de solidariedade social), demonstrando a vitalidade da sociedade civil e das suas instituições, dinamizadas pelo Projecto VIDA. No quadro da reorganização actual do Ministério da Saúde, instituída pelo Decreto-Lei n.º 10/93, de 15 de Janeiro, o SPTT mantém-se como serviço personalizado, tendo a seu cargo, no âmbito deste Ministério, a prevenção primária, secundária e terciária das toxicodependências.

Urge, assim, organizar este serviço, dotando-o dos meios necessários para executar a sua política e para a estender a todo o País a partir da riqueza da experiência profissional e organizacional até agora adquirida.

A necessidade de dar uma resposta urgente a este fenómeno e as suas características complexas e mutáveis justificaram que se tenha mantido este serviço em regime de instalação durante um período de tempo tão prolongado e a abertura a situações maleáveis de contratação de pessoal, previstas quer no Decreto do Governo n.º 20-A/87, de 12 de Junho, quer na Portaria n.º 74/89 ou no Decreto-Lei n.º 83/90, com remissão para o Decreto-Lei n.º 413/71, de 27 de Setembro, quando o próprio Ministério da Saúde já tinha regulamentação própria no Decreto-Lei n.º 413/86, de 13 de Dezembro, para os serviços integrados na então Direcção-Geral dos Cuidados de Saúde Primários.

Torna-se imprescindível encontrar uma forma — ainda que excepcional face à gravidade do fenómeno — de permitir a continuidade de trabalho do pessoal que tão rica experiência acumulou e cujas qualidades pessoais e profissionais são indispensáveis para a continuação e para o desenvolvimento de um plano em que o Governo está profundamente empenhado.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

## CAPÍTULO I

### Disposições gerais

#### Artigo 1.º

##### Natureza jurídica

1 — O Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicodependência, abreviadamente designado por SPTT, é uma pessoa colectiva pública, dotada de autonomia administrativa, financeira e técnica, sob a tutela do Ministro da Saúde.

2 — O SPTT tem sede em Lisboa e exerce a sua actividade a nível nacional.

**Artigo 2.º****Atribuições**

O SPTT exerce as suas atribuições nas áreas da prevenção, tratamento e reinserção social dos toxicodependentes.

**Artigo 3.º****Competências**

Para a prossecução das suas atribuições, compete ao SPTT:

- a) Planear, executar e avaliar programas de prevenção e tratamento e reinserção social no âmbito da toxicodependência, por si e em colaboração com entidades públicas e privadas que actuem neste domínio;
- b) Colaborar na execução e avaliação do Programa Nacional de Combate à Droga, designado por Projecto VIDA, e na preparação dos respectivos planos anuais a elaborar pelo seu alto-comissário;
- c) Facultar apoio técnico a entidades públicas e privadas;
- d) Propor as medidas que considere convenientes no domínio do regime e circulação de medicamentos ou outras substâncias que possam causar toxicodependência, sem prejuízo das competências próprias do Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento;
- e) Cooperar com entidades estrangeiras e internacionais;
- f) Instruir os processo de licenciamento de unidades privadas de prestação de cuidados de saúde na área da toxicodependência;
- g) Colaborar com a Direcção-Geral da Saúde na garantia da continuidade de tratamento dos toxicómanos entre serviços prestadores de cuidados de saúde integrados no sistema de saúde e as unidades prestadoras de cuidados do SPTT.

**CAPÍTULO II****Órgãos e serviços****SECÇÃO I****Órgãos****Artigo 4.º****Órgãos**

São órgãos do SPTT:

- a) O conselho de administração;
- b) O presidente do conselho de administração;
- c) O delegado regional;
- d) A comissão de fiscalização.

**Artigo 5.º****Conselho de administração**

O conselho de administração é constituído por um presidente e dois vogais, equiparados, para todos os

efeitos legais, a director-geral e subdirectores-gerais, respectivamente.

**Artigo 6.º****Competência do conselho de administração**

Compete ao conselho de administração:

- a) Propor a definição da estratégia de actuação e assegurar a orientação geral do SPTT;
- b) Elaborar os planos de actividades do SPTT e os respectivos relatórios;
- c) Aprovar as propostas dos delegados regionais;
- d) Apreciar os planos, anuais e plurianuais, de actividades dos delegados regionais e das unidades hospitalares especializadas;
- e) Apreciar os orçamentos das unidades hospitalares especializadas e avaliar periodicamente a sua execução;
- f) Emitir pareceres no âmbito do combate ao consumo de drogas e da defesa da saúde dos toxicodependentes;
- g) Submeter o orçamento a aprovação e prestar contas da gerência ao Tribunal de Contas;
- h) Aceitar heranças, legados ou outros donativos feitos a favor do SPTT;
- i) Elaborar instruções relativas à administração financeira e patrimonial do SPTT e velar pela sua execução;
- j) Apreciar e avaliar as estatísticas do movimento assistencial que traduzem o funcionamento global do SPTT;
- l) Promover acções de formação de pessoal;
- m) Tomar conhecimento e determinar as medidas adequadas sobre as queixas e reclamações apresentadas pelos utentes;
- n) Organizar o cadastro dos imóveis e o inventário dos móveis do SPTT.

**Artigo 7.º****Funcionamento**

O conselho de administração reúne ordinariamente uma vez por semana e extraordinariamente sempre que for convocado pelo seu presidente, por sua iniciativa ou a solicitação de qualquer dos seus membros.

**Artigo 8.º****Competência do presidente**

1 — Compete ao presidente do conselho de administração:

- a) Convocar e presidir às reuniões do conselho de administração e assegurar o cumprimento das deliberações tomadas;
- b) Orientar e coordenar as actividades do SPTT;
- c) Representar o SPTT, em juízo e fora dele;
- d) Exercer os demais poderes que lhe sejam conferidos por lei, regulamento ou delegação.

2 — O presidente designa o vogal que o substitui nas suas ausências e impedimentos.

**Artigo 9.º****Delegado regional**

1 — O delegado regional é equiparado, para todos os efeitos legais, a subdirector-geral.

2 — Os delegados regionais exercem, na sua área de intervenção, as competências previstas nas alíneas a) a d) do artigo 3.º

3 — Ao delegado regional compete orientar e coordenar as actividades do SPTT, no âmbito da região, e, em especial:

- a) Dirigir os serviços do SPTT, de âmbito regional;
- b) Coordenar e avaliar a execução de programas de prevenção primária, tratamento e reinserção social, no âmbito da toxicodependência;
- c) Propor a criação de unidades prestadoras de cuidados;
- d) Avaliar o funcionamento das unidades hospitalares especializadas e assegurar a sua articulação com os demais serviços de saúde;
- e) Assegurar os meios necessários à gestão das unidades de atendimento especializadas;
- f) Organizar o tratamento da informação que permita a elaboração de indicadores de saúde nas áreas da sua competência;
- g) Promover, quando solicitado, o apoio técnico aos serviços oficiais e particulares;
- h) Elaborar os planos de actividades, anuais e plurianuais, e respectivos orçamentos e submetê-los a aprovação superior;
- i) Exercer as competências que lhe forem delegadas ou subdelegadas.

**Artigo 10.º****Área de intervenção**

Os delegados regionais exercem a sua actividade na área correspondente às regiões de saúde previstas no artigo 4.º do Estatuto do Serviço Nacional de Saúde, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 11/93, de 15 de Janeiro, com as adaptações seguintes:

- a) Delegado regional do Norte, com referência à região de saúde do Norte, com sede no Porto;
- b) Delegado regional do Centro, com referência à região de saúde do Centro, com sede em Coimbra;
- c) Delegado regional do Sul, com referência às regiões de saúde de Lisboa e Vale do Tejo, do Alentejo e do Algarve, com sede em Lisboa.

**Artigo 11.º****Comissão de fiscalização**

1 — A comissão de fiscalização é constituída por um presidente e dois vogais, nomeados por despacho conjunto dos Ministros das Finanças e da Saúde.

2 — Os membros da comissão de fiscalização têm direito a uma remuneração de montante a fixar nos termos do despacho referido no número anterior.

**Artigo 12.º****Competência da comissão de fiscalização**

1 — À comissão de fiscalização compete:

- a) Emitir parecer sobre o orçamento, suas revisões ou alterações;

- b) Acompanhar a execução orçamental e examinar a contabilidade dos serviços;
- c) Fiscalizar a regularidade da cobrança das receitas e a legalidade do processamento das despesas;
- d) Emitir parecer sobre a aceitação de doações, heranças ou legados, bem como sobre assuntos que lhe sejam submetidos pelo presidente do conselho de administração do SPTT;
- e) Emitir parecer sobre o relatório e conta de gerência;
- f) Manter o presidente do conselho de administração do SPTT informado sobre os resultados das verificações e exames a que procede;
- g) Elaborar o relatório anual da sua acção fiscalizadora.

2 — O prazo para elaboração dos pareceres referidos nas alíneas a) e c) do número anterior é de 10 dias úteis, a contar da data da recepção do documento a que respeitam, sendo de 15 dias úteis o prazo para apreciação do relatório e conta de gerência.

**Artigo 13.º****Funcionamento da comissão de fiscalização**

A comissão de fiscalização reúne ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente por iniciativa do presidente, a solicitação da maioria dos seus membros ou do presidente do conselho de administração do SPTT.

**SECÇÃO II****Serviços****SUBSECÇÃO I****Disposições gerais****Artigo 14.º****Serviços**

1 — Para a prossecução das suas atribuições, o SPTT dispõe dos seguintes serviços centrais:

- a) A Direcção de Serviços de Coordenação Técnica, de Estudos e Planeamento;
- b) O Gabinete Jurídico;
- c) A Divisão de Documentação e Informação;
- d) A Direcção de Serviços Administrativos.

2 — São serviços regionais do SPTT:

- a) A Direcção de Serviços de Apoio Técnico;
- b) A Repartição Administrativa.

**SUBSECÇÃO II****Serviços centrais****Artigo 15.º****Direcção de Serviços de Coordenação Técnica, de Estudos e Planeamento**

1 — À Direcção de Serviços de Coordenação Técnica, de Estudos e Planeamento compete a coordena-

ção técnica, o estudo e o planeamento de actividades nas diferentes áreas de intervenção do SPTT.

2 — A Direcção de Serviços de Coordenação Técnica, de Estudos e Planeamento compreende:

- a) A Divisão de Coordenação Técnica;
- b) A Divisão de Estudos e Planeamento.

3 — À Divisão de Coordenação Técnica compete:

- a) Apoiar os órgãos dirigentes na coordenação da execução das actividades do SPTT nas áreas da prevenção primária, secundária e terciária;
- b) Assegurar, no plano técnico, a articulação com entidades públicas e privadas;
- c) Participar em programas e acções de formação organizados por quaisquer outros organismos directa ou indirectamente ligados à toxicodependência;
- d) Organizar os processos de licenciamento e participar nas acções de fiscalização das unidades privadas de saúde, no âmbito da toxicodependência;
- e) Emitir os pareceres técnicos que lhe forem solicitados pelo conselho de administração.

4 — À Divisão de Estudos e Planeamento compete:

- a) Proceder a estudos nas áreas do planeamento e da programação;
- b) Preparar, de acordo com as orientações do conselho de administração, os planos anuais e plurianuais do SPTT;
- c) Colaborar com a Direcção de Serviços Administrativos na elaboração e acompanhamento da execução dos planos financeiros e dos projectos de investimento, incluindo o PIDDAC;
- d) Recolher informação para a elaboração de indicadores de saúde e elaborar estatísticas na área de actuação do SPTT;
- e) Elaborar, coordenar, executar e avaliar, em colaboração com os restantes serviços do SPTT, planos, programas e acções de formação.

#### Artigo 16.º

##### Gabinete Jurídico

1 — Ao Gabinete Jurídico compete:

- a) Elaborar pareceres jurídicos;
- b) Informar e acompanhar processos judiciais;
- c) Exercer quaisquer outras funções de natureza jurídica que lhe forem superiormente determinadas;
- d) Promover a organização do ficheiro de legislação e toda a documentação jurídica com interesse para o SPTT.

2 — O responsável do Gabinete Jurídico é equiparado, para todos os efeitos legais, a chefe de divisão.

#### Artigo 17.º

##### Divisão de Documentação e Informação

À Divisão de Documentação e Informação compete:

- a) Organizar o sistema de documentação e informação científica e técnica do SPTT;

- b) Organizar uma biblioteca adequada à natureza das atribuições do SPTT;
- c) Assegurar o expediente relativo a publicações da responsabilidade do SPTT;
- d) Programar, preparar e executar as acções de informação e relações públicas;
- e) Preparar e acompanhar o relacionamento do SPTT com entidades congéneres.

#### Artigo 18.º

##### Direcção de Serviços Administrativos

1 — À Direcção de Serviços Administrativos compete o apoio aos serviços do SPTT nas áreas de recursos humanos, expediente e organização, património, aprovisionamento e contabilidade.

2 — A Direcção de Serviços Administrativos compreende os seguintes serviços:

- a) A Repartição Administrativa;
- b) A Repartição Financeira.

3 — À Repartição Administrativa compete:

- a) Executar todos os actos relativos à gestão de pessoal no que concerne, em especial, ao seu recrutamento, selecção, provimento e cessação de funções, bem como ao processamento dos respectivos vencimentos;
- b) Superintender no pessoal auxiliar;
- c) Organizar o cadastro de pessoal;
- d) Assegurar o expediente e os serviços gerais;
- e) Organizar os processos de aquisição de bens e de serviços;
- f) Proceder à distribuição de equipamento e do material de consumo corrente e gerir as respectivas existências;
- g) Gerir o património afecto ao funcionamento do SPTT e velar pela sua conservação e segurança, promovendo as reparações necessárias;
- h) Organizar o cadastro dos bens do SPTT.

4 — A Repartição Administrativa compreende:

- a) A Secção de Pessoal;
- b) A Secção de Expediente e Arquivo.

5 — À Repartição Financeira compete:

- a) Elaborar, de acordo com as orientações do conselho de administração, o projecto de orçamento do SPTT;
- b) Efectuar as previsões de receitas próprias e de despesas por actividades necessárias à organização do projecto de orçamento;
- c) Promover a cobrança de receitas e processar as despesas;
- d) Organizar uma contabilidade analítica;
- e) Elaborar a conta de gerência e o relatório financeiro;
- f) Desenvolver quaisquer outras actividades relacionadas com a gestão financeira e com a contabilidade do SPTT que lhe sejam cometidas por lei ou por determinação superior.

6 — A Repartição Financeira compreende:

- a) A Secção de Contabilidade;
- b) A Secção de Aprovisionamento e Património.

## SUBSECÇÃO III

## Serviços de âmbito regional

## Artigo 19.º

## Direcção de Serviços de Apoio Técnico

À Direcção de Serviços de Apoio Técnico compete:

- a) A preparação dos planos, anuais e plurianuais, do delegado regional;
- b) A preparação dos projectos de investimentos a incluir no PIDDAC, de acordo com as orientações do delegado regional e em colaboração com a Repartição Administrativa;
- c) O apoio técnico ao delegado e às unidades de atendimento especializadas em matéria de planeamento, programação e informação;
- d) Realizar os estudos técnicos e estatísticos que lhe forem solicitados.

## Artigo 20.º

## Repartição Administrativa

1 — A Repartição Administrativa exerce, com as necessárias adaptações, as competências previstas no artigo 18.º e, ainda:

- a) Processar as requisições de fundos das unidades de atendimento especializadas;
- b) Verificar as contas apresentadas pelas unidades de atendimento especializadas.

2 — A Repartição Administrativa compreende:

- a) A Secção de Pessoal, Expediente e Arquivo Geral;
- b) A Secção de Contabilidade, Aprovisionamento e Património.

## CAPÍTULO III

## Unidades prestadoras de cuidados de saúde

## Artigo 21.º

## Unidades prestadoras de cuidados de saúde

1 — Para a prossecução das suas atribuições o SPTT dispõe e supervisiona, respectivamente, as seguintes unidades prestadoras de cuidados de saúde:

- a) Unidades especializadas de atendimento;
- b) Unidades hospitalares especializadas.

2 — Em cada distrito deve haver, pelo menos, uma unidade especializada de atendimento.

3 — Em cada região deve haver, pelo menos, uma unidade hospitalar especializada.

4 — As unidades prestadoras de cuidados de saúde devem, de acordo com a orientação do conselho de administração do SPTT, articular-se com os demais serviços prestadores de cuidados de saúde, integrados ou não no Serviço Nacional de Saúde.

5 — As unidades prestadoras de cuidados de saúde são criadas por decreto regulamentar.

## SECÇÃO I

## Unidades especializadas de atendimento

## Artigo 22.º

## Unidades especializadas de atendimento

As unidades especializadas de atendimento dispõem de um serviço de consulta externa, sem prejuízo de poderem desenvolver outras actividades no âmbito da toxicodependência.

## Artigo 23.º

## Director

1 — O director das unidades especializadas de atendimento é designado por despacho do Ministro da Saúde de entre médicos da respectiva unidade.

2 — Compete ao director das unidades especializadas de atendimento:

- a) Dirigir e coordenar as actividades da unidade;
- b) Elaborar os planos de actividades anuais ou plurianuais;
- c) Elaborar os relatórios anuais;
- d) Enviar ao delegado regional as notas de receitas e de despesas realizadas e a estimativa de despesas a realizar no mês seguinte;
- e) Exercer as competências que lhe forem delegadas.

3 — O director designa o médico que o substitui nas suas ausências e impedimentos.

## SECÇÃO II

## Unidades hospitalares especializadas

## Artigo 24.º

## Unidades hospitalares especializadas

1 — As unidades hospitalares especializadas são pessoas colectivas públicas, dotadas de autonomia administrativa, financeira e técnica.

2 — As unidades hospitalares especializadas dispõem de um serviço de consulta externa e de urgência, de internamento de desabilitação ou comunidade terapêutica.

## Artigo 25.º

## Órgãos

1 — São órgãos de administração das unidades hospitalares especializadas:

- a) O conselho de administração;
- b) O presidente do conselho de administração.

2 — O órgão de fiscalização das unidades hospitalares especializadas é constituído por um auditor, nos

termos dos n.ºs 2 e 3 do artigo 1.º e do artigo 28.º do Decreto Regulamentar n.º 3/88, de 22 de Janeiro.

### Artigo 26.º

#### Conselho de administração

O conselho de administração é constituído por um presidente e dois vogais, equiparados, para todos os efeitos legais, a director-geral e a subdirectores-gerais, respectivamente.

### Artigo 27.º

#### Competência do conselho de administração

1 — Compete ao conselho de administração definir os princípios de organização e funcionamento das unidades que dirigem e assegurar a sua execução.

2 — Compete ao conselho de administração, em especial:

- a) Elaborar os planos, anuais e plurianuais, os relatórios anuais e os orçamentos privativos;
- b) Elaborar as propostas de regulamentos internos e submetê-los a aprovação superior;
- c) Propor a criação, a extinção ou a modificação de serviços e a alteração significativa e permanente da sua lotação;
- d) Deliberar sobre aceitação de heranças, a benefício de inventário, legados e doações destinadas às unidades;
- e) Assegurar a regularidade da cobrança de receitas e a legalidade do processamento das despesas;
- f) Celebrar contratos e protocolos com entidades públicas e privadas, nacionais ou estrangeiras;
- g) Exercer as competências que lhe forem delegadas ou subdelegadas.

### Artigo 28.º

#### Competência do presidente

1 — Compete ao presidente do conselho de administração:

- a) Propor ao Ministro da Saúde a nomeação ou exoneração dos outros membros do conselho de administração;
- b) Convocar e presidir às reuniões do conselho de administração e assegurar o cumprimento das resoluções tomadas;
- c) Orientar e coordenar as actividades da unidade;
- d) Representar a unidade, em juízo e fora dele;
- e) Promover a actualização do registo dos utentes, por forma a garantir a colheita de dados, sua análise e interpretação;
- f) Exercer os demais poderes que lhe sejam conferidos por lei ou regulamento.

2 — Compete ainda ao presidente do conselho de administração o exercício das funções de direcção clínica.

3 — O presidente do conselho de administração designa o vogal que o substitui nas suas ausências e impedimentos.

## CAPÍTULO IV

### Pessoal

### Artigo 29.º

#### Regime de pessoal

Ao pessoal do SPTT aplica-se o regime geral da função pública e o regime jurídico das carreiras dos profissionais de saúde.

### Artigo 30.º

#### Quadros

1 — Os serviços centrais e regionais do SPTT e as unidades hospitalares especializadas têm quadros de pessoal próprios.

2 — Os quadros de pessoal dos serviços referidos no número anterior são aprovados por portaria conjunta dos Ministros das Finanças e da Saúde.

### Artigo 31.º

#### Quadros de afectação

1 — A cada unidade especializada de atendimento é atribuída uma dotação de pessoal, que integra o quadro do respectivo serviço regional.

2 — A dotação prevista no número anterior é fixada por despacho do Ministro da Saúde.

### Artigo 32.º

#### Carreira de técnico-adjunto de apoio psicossocial

1 — É criada a carreira de técnico-adjunto de apoio psicossocial, que integra funções de natureza técnico-profissional com desenvolvimento nos termos da carreira técnico-profissional de nível 4, previsto no n.º 1 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho.

2 — O recrutamento para ingresso na carreira de técnico-adjunto de apoio psicossocial faz-se nos termos da lei geral de entre diplomados com curso profissional adequado, bem como de entre diplomados com o curso de animador social/técnico psicossocial criado pela Portaria n.º 237/92, de 24 de Março.

3 — O conteúdo funcional da carreira de técnico-adjunto de apoio psicossocial é o constante do anexo ao presente diploma, de que faz parte integrante.

## CAPÍTULO V

### Gestão financeira e patrimonial

### Artigo 33.º

#### Receitas e despesas

1 — Constituem receitas do SPTT e das unidades hospitalares especializadas:

- a) As verbas do Orçamento do Estado afectas ao Serviço Nacional de Saúde e atribuídas por transferência pelo Instituto de Gestão Informática e Financeira da Saúde;

- b) Os rendimentos próprios;
- c) As importâncias cobradas por serviços e cuidados prestados a entidades públicas e privadas;
- d) Os subsídios, subvenções, quotizações, participações, doações, heranças ou legados provenientes de quaisquer entidades;
- e) O produto da alienação de bens próprios e da constituição de direitos sobre eles;
- f) O produto da venda de publicações ou outro material produzido ou adquirido pela unidade;
- g) Os juros de depósitos bancários;
- h) Os saldos de gerência anteriores que transitam para os anos económicos seguintes;
- i) Quaisquer outras receitas que lhe sejam atribuídas por lei, acordo ou contrato.

2 — Constituem despesas do SPTT e das unidades hospitalares especializadas:

- a) Os encargos com a manutenção e funcionamento dos respectivos serviços e com o cumprimento das atribuições que lhes estão cometidas;
- b) Os encargos decorrentes da execução dos planos e programas anuais e plurianuais.

3 — A cobrança das receitas e respectiva escrituração e depósito são efectuadas nos termos do regime da tesouraria do Estado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 275-A/93, de 9 de Agosto.

4 — O SPTT e as unidades hospitalares especializadas podem levantar e manter em tesouraria as importâncias estritamente indispensáveis ao pagamento de pequenas despesas que devem ser feitas em dinheiro.

#### Artigo 34.º

##### Plano oficial de contabilidade

1 — As receitas e despesas das unidades são classificadas segundo o plano oficial de contas dos serviços de saúde.

2 — Os orçamentos privativos são apresentados de acordo com o plano referido no número anterior.

#### Artigo 35.º

##### Especialização por exercícios

As contas anuais das unidades obedecem ao princípio da especialização por exercícios.

#### Artigo 36.º

##### Património

1 — O SPTT dispõe dos bens patrimoniais e financeiros necessários ao exercício da sua actividade.

2 — As unidades hospitalares especializadas dispõem dos bens, móveis e imóveis, que lhes estejam ou sejam afectos.

3 — Transitam para o respectivo património do SPTT e das unidades hospitalares especializadas os direitos e obrigações sobre os bens, móveis e imóveis, que, actualmente, lhes estão afectos a qualquer título, incluindo os resultantes de contratos de arrendamento.

4 — A regularização e registo dos direitos e obrigações transitados das administrações regionais de saúde, por este diploma, bem como os relativos a direitos já transitados, por força do n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 83/90, fazem-se por exibição de cópia deste diploma com dispensa de outros documentos.

## CAPÍTULO VI

### Disposições transitórias e finais

#### Artigo 37.º

##### Integração do pessoal

O pessoal admitido nos períodos de instalação nos serviços do SPTT e unidades prestadoras de cuidados de saúde que se encontre em regime de contrato administrativo de provimento ou nomeado em comissão de serviço extraordinária e em efectividade de funções à data de entrada em vigor dos diplomas que aprovam os respectivos quadros de pessoal será integrado na mesma categoria, carreira e escalão de pessoal.

#### Artigo 38.º

##### Unidades prestadoras de cuidados de saúde

1 — São desde já criadas as seguintes unidades especializadas de atendimento:

- a) Centro de Atendimento de Toxicodependentes de Braga;
- b) Centro de Atendimento de Toxicodependentes de Aveiro;
- c) Centro de Atendimento de Toxicodependentes de Castelo Branco;
- d) Centro de Atendimento de Toxicodependentes de Leiria;
- e) Centro de Atendimento de Toxicodependentes de Viseu;
- f) Centro de Atendimento de Toxicodependentes de Évora;
- g) Centro de Atendimento de Toxicodependentes de Santarém;
- h) Centro de Atendimento de Toxicodependentes de Setúbal.

2 — São desde já criadas as seguintes unidades hospitalares especializadas:

- a) Centro de Apoio a Toxicodependentes da Cedefeita;
- b) Centro de Apoio a Toxicodependentes da Bo-vista;
- c) Centro de Apoio a Toxicodependentes de Coimbra;
- d) Centro de Apoio a Toxicodependentes das Taipas;
- e) Centro de Apoio a Toxicodependentes do Restelo;
- f) Centro de Apoio a Toxicodependentes de Alvalade;
- g) Centro de Apoio a Toxicodependentes do Algarve.

## Artigo 39.º

## Regulamentação

A estrutura e as regras de funcionamento interno das unidades hospitalares especializadas são objecto de decreto regulamentar.

## Artigo 40.º

## Prorrogação do regime de instalação

1 — É prorrogado o regime de instalação previsto no n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 83/90, de 14 de Março, até à data da entrada em vigor do presente diploma.

2 — O disposto no número anterior reporta os seus efeitos a 20 de Março de 1993.

## Artigo 41.º

## Norma revogatória

São revogados:

- a) O capítulo II do Decreto-Lei n.º 365/82, de 8 de Setembro;
- b) O Decreto do Governo n.º 20-A/87, de 12 de Junho;
- c) A Portaria n.º 74/89, de 2 de Fevereiro;
- d) O Decreto-Lei n.º 83/90, de 14 de Março.

## Artigo 42.º

## Entrada em vigor

O presente diploma reporta os seus efeitos a 1 de Janeiro de 1994.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 25 de Novembro de 1993. — *Aníbal António Cavaco Silva* — *Jorge Braga de Macedo* — *Arlindo Gomes de Carvalho*.

Promulgado em 6 de Janeiro de 1994.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 11 de Janeiro de 1994.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.

## ANEXO

**Conteúdo funcional da carreira de técnico-adjunto de apoio psicossocial**

Ao técnico-adjunto de apoio psicossocial compete atender e apoiar os toxicodependentes e seus familiares, organizar os respectivos processos nas valências da consulta externa e urgência, apoiar e motivar os toxicodependentes no internamento, centro de dia e comunidades terapêuticas, realizar actividades complementares de acção terapêutica, tendo em vista o enquadramento, recuperação, integração e reinserção social do toxicodependente, participar em equipas que desenvolvem actividades de animação nas áreas da prevenção, acompanhar os utentes em visitas de estudo relacionadas com a área ocupacional e saídas de socialização e participar nas equipas de prevenção e despiste da sida e outras doenças infecto-contagiosas.